

[PACTO FIRMADO]

SINAL assina acordo de reajuste de 9% com o governo federal

*Recomposição remuneratória
contemplará ativos, aposentados e
pensionistas do Banco Central do Brasil*

O presidente nacional do SINAL, Fábio Faiad, assinou no último dia 24 de março o termo de acordo de recomposição remuneratória para os servidores do Banco Central do Brasil. O pacto, que encerra a primeira etapa de tratativas, é resultado das discussões travadas nos últimos meses entre o governo federal e as entidades representativas do funcionalismo por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente, instalada em 7 de fevereiro, no âmbito do Executivo.

Além do reajuste de 9% - a partir de maio e com efeitos financeiros em 1º de junho - para ativos, aposentados e pensionistas (reafirmando a manutenção da paridade), o acordo firmado com o governo contempla a recomposição de 43,6% no auxílio-alimentação e uma série de medidas não pecuniárias, como a atuação junto ao Congresso Nacional para a retirada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 – reforma admi-

nistrativa - e a revisão de medidas antissindicais.

A melhoria do índice de recomposição (uma vez que a primeira oferta do Executivo havia sido de 7,8%), veio após pressão do SINAL e das demais representações da classe durante reuniões da mesa negocial com a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O reajuste em questão, vale ressaltar, trará repercussões

positivas também para o financiamento do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central, uma vez que, com os novos valores das remunerações e proventos, haverá também o aumento da contribuição por parte da Autarquia para o PASBC. Para se ter uma ideia, de acordo com estimativas do Sindicato, apenas a melhoria do índice de reajuste (dos 7,8%, oferecidos inicialmente, para 9%) representará um incremento anual de, aproximadamente, R\$ 5 milhões ao Programa de Saúde.

A autorização para a realização do acordo entre o Sindicato e o MGI foi dada pelos servidores do BCB em Assembleia Ge-



*Mardônio Sarmento,
Fábio Faiad e o
integrante da equipe da
Secretaria de Gestão de
Pessoas e Relações de
Trabalho, José Borges*

ral Nacional (com o apoio da ampla maioria dos participantes) realizada no último dia 14 de março.

O ato de assinatura ocorreu durante evento na sede do MGI, em Brasília. Além dos representantes das carreiras do Poder Executivo, o evento teve a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade, do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, da titular do MGI, Esther Dweck, e do secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, que conduziu as negociações com o funcionalismo, dentre outras autoridades do governo. O diretor de Comunicação do SINAL, Mardônio Sarmento, também acompanhou a atividade.

Ao fim do evento, os representantes do Sindicato reiteraram aos integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho a necessidade de, superada esta etapa, avançar na instalação das mesas setoriais, para debater as questões específicas dos servidores do Banco Central, como a reestruturação de carreira, dentre outras demandas.

Confira os termos do acordo firmado no Apito Brasil, em nosso site (sinal.org.br), ou pelo Qr-Code ao lado.

Próximos passos

“Me empenharei bastante para que a gente consiga, com celeridade, aprovar em abril e, assim, possa ter o reajuste vigente em maio”, afirmou a ministra Esther Dweck durante o evento de assinatura dos acordos,

ao falar do passo seguinte para a concessão da recomposição remuneratória: a tramitação das matérias necessárias no âmbito do Parlamento.

No primeiro momento, será necessária a aprovação de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) para fazer a adequação do Orçamento à nova despesa. Posteriormente, o governo enviará ao Legislativo instrumento legal contemplando o reajuste dos vencimentos das diferentes carreiras. O SINAL, juntamente às demais representações do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), acompanhará o andamento da questão no Legislativo e já iniciou os diálogos com os congressistas, de modo a garantir a aprovação tempestiva.

“Precisamos regulamentar a Convenção 151 da OIT. Já começamos essa discussão. Temos muitos elementos com esse processo agora e acredito que será possível chegar a um consenso”, pontuou também a titular do MGI na atividade de 24 de março.

Outras frentes

“O plano é avançar na reestruturação de carreira”, afirmou Fábio Faiad em entrevista ao portal de notícias da Folha de

S. Paulo no dia da assinatura do acordo, ao relatar as perspectivas para a continuidade dos diálogos com o governo federal acerca da pauta reivindicatória do corpo funcional da Autarquia. A preocupação com o andamento dos pleitos específicos, uma vez que a pauta geral está caminhando, também foi levada à Diretoria do BC, inclusive ao presidente Roberto Campos Neto, em diferentes oportunidades.

À Folha, Faiad observou também que o acordo em tela se trata de “reajuste emergencial”, indicando que a busca junto ao MGI pela reposição de perdas remuneratórias acumuladas continuará. Conforme aponta a mais recente atualização do Corrosômetro - ferramenta desenvolvida pelo SINAL para medir o impacto da inflação sobre os salários dos servidores do BC -, as perdas em relação a julho de 2010 já superam o patamar de 41%.

Para acompanhar a atuação do Sindicato em defesa das pautas gerais do conjunto do funcionalismo e específicas do corpo funcional da Autarquia, acesse o nosso site. Caso tenha interesse em receber nossos informativos diretamente em seu WhatsApp, envie mensagem para (61) 981458400 e solicite sua inscrição em nossa lista de transmissão de notícias.



bit.ly/3KiU8iS



[VITÓRIA]

STJ indefere ação que impedia o prosseguimento da execução dos quintos

Após decisão, próximo passo é a retomada da execução; SINAL informará filiados contemplados na ação sobre procedimentos necessários

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, no último dia 22 de março, a Ação Rescisória nº 5.970/DF que impedia a execução da decisão prolatada no Mandado de Segurança nº 13.174/DF, a qual afirmou o direito dos servidores do Banco Central do Brasil à incorporação de quintos de que trata a MP 2.225-45/2001, período 8 de abril de 1998 até 5 de setembro de 2001.

Por unanimidade, os ministros acolheram o voto do relator, Sérgio Kukina, e reconheceram a inadmissibilidade da Ação Rescisória, que foi proposta

pelo BCB alicerçada no Código de Processo Civil de 2015 sem considerar que a decisão rescindenda transitou em julgado ainda sob a égide do Código anterior.

Com esta decisão, o SINAL retomará a execução e informará aos filiados os procedimentos a serem adotados tão logo ocorra a publicação.

O processo referente aos quintos foi um dos temas da live jurídica promovida pelo Sindicato no dia 23 de março. Caso queira ver ou rever a atividade, o vídeo está disponível na área restrita a filiados de nosso site, na seção “Vídeos Exclusivos”.



bit.ly/4OvipYs

Acesse também por meio Qr-Code acima.

A ação referente aos 28,86% também foi tema do evento virtual, que teve a presença de membros da Diretoria Executiva Nacional, do corpo jurídico do Sindicato e do advogado Marcos Resende, responsável pela assessoria jurídica no pleito. Ainda sobre os 28,86%, o agravo SINAL, que aguarda julgamento para definição dos parâmetros de cálculo, mudou de mãos e está sob responsabilidade do juiz federal convocado Newton Pereira Ramos Neto, na 1ª Turma do Tribunal Federal da 1ª Região (TRF1).

Para mais informações sobre estas e outras ações judiciais, entre em contato conosco: (61) 33228208 ou juridiconac@sinal.org.br.

[PASBC]

Depes responderá dúvidas de beneficiários no próximo dia 26 de abril

Representantes do Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização do Banco Central responderão dúvidas dos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores durante reunião promovida pelo SINAL no próximo dia 26 de abril, a partir das 16h.

Sua presença é muito importante. Acesse o evento virtual pelo Qr-Code ao lado.

Vale lembrar que o Sindicato realiza, mensalmente, encontros virtuais para receber demandas e discutir com os servidores ativos, aposentados e pensionistas de todo o país melhorias ao PASBC. Após os eventos, os vídeos ficam disponíveis na área restrita a filiados de nosso site (sinal.org.br).



bit.ly/3G64Y9o

NOVO APP BC SAÚDE

O Banco Central do Brasil lançou o novo aplicativo BC Saúde. A ferramenta busca dar mais agilidade e facilidade de acesso a serviços como: consulta à rede credenciada, com georreferenciamento; visualização do cartão virtual; e verificação de extratos relativos ao programa de saúde.

O aplicativo está disponível para smartphones com sistemas iOS (Apple) e Android (Samsung, Motorola, LG, Xiaomi, etc.). Confira no Qr-Code abaixo os links para download do app BC Saúde.

bit.ly/3U4qG3h



DIÁLOGO

A reestruturação da carreira de Especialista do BC e outras demandas internas foram temas na pauta de encontro entre o SINAL e o secretário adjunto da Secretaria Executiva da Casa Civil, Pedro Pontual Machado, na tarde do último dia 23 de março. Na oportunidade, foi apresentado um panorama geral do assunto e as tratativas já desenvolvidas, inclusive com a Casa Civil, no último ano.

O SINAL seguirá dialogando, tanto no âmbito do Executivo quanto no Congresso Nacional, de modo a fazer avançar as pautas específicas dos servidores do Banco Central do Brasil.

NA CÂMARA

Recomposição remuneratória, negociação coletiva, reposição de quadros e outras medidas de valorização dos servidores e fortalecimento do serviço público estiveram em destaque durante o “Café da manhã com parlamentares” realizado pelo SINAL e demais afiliadas ao Fonacate no último dia 21 de março.

O presidente nacional do Sindicato, Fábio Faiad, os diretores de Comunicação, Mardônio Sarmiento, e Estudos Técnicos, Vicente Fialkoski, e a assessora nacional, Valéria Santos, estiveram presentes na atividade.

“Essa negociação do reajuste foi a mais rápida da nossa história, mas precisamos ter na nossa legislação a obrigatoriedade das negociações permanentes, das negociações anuais”, destacou a deputada Érika Kokay (PT/DF), parceira na promoção do evento.

Na mesma linha, a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) reforçou o apoio de seu mandato às pautas de valorização da classe. “Vamos caminhar para adiante, para um processo de valorização das carreiras e do próprio serviço público. Um país que não tem um Estado organizado não consegue servir ao seu povo, muito menos definir o seu perfil como nação”.

Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site (sinal.org.br), na aba “Publicações”, ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para sinalplural@sinal.org.br.



Posicione a câmera do seu smartphone sobre o código para acessar.